

**Projeto:** Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua: desafios da implementação

Levantamento da Produção Acadêmica sobre População Infantil e Adolescente em Situação de Rua no Brasil (2000-2015)

**Coordenação:** Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

## Ficha

1) Referência - PALUDO, Simone dos Santos; KOLLER, Sílvia Helena. Toda criança tem família: criança em situação de rua também. *Psicologia & Sociedade*; 20(1), p. 42-52, 2008.

2) Resumo e Palavras-Chave: O presente estudo buscou descrever as características das famílias dos jovens que vivem em situação de rua a partir das percepções desses. Entrevistas semiestruturadas qualitativas foram aplicadas individualmente com 17 jovens, com idades entre 11 e 16 anos ( $M=14,05$ ;  $DP=1,24$ ), de ambos os sexos. As entrevistas permitem a compreensão da dinâmica dos fatores de risco que facilitam a ida dos jovens para a vida na rua. A existência de crianças na rua não implica a inexistência da família. Todos os participantes possuíam vínculos com suas famílias, mesmo que frágeis. Apenas cinco participantes voltavam para suas casas todos os dias. Uma variedade de configurações familiares foi descrita pelos jovens. Famílias reconstituídas foram apontadas por 41% dos participantes e famílias monoparentais, chefiadas por mulheres, por 35%. Identificou-se que a mulher cuidadora tem grande importância dentro da estrutura familiar desta população. Contrastando essa realidade, 58% dos entrevistados afirmam não conhecer o pai biológico. O número de irmãos que possuem nas suas casas varia entre um e 12 ( $M=5,69$ ;  $DP=3,07$ ). A maioria dos pais não possui atividade laboral, ou trabalha em atividades informais. Para ajudar no sustento da família, muitos jovens iniciam o trabalho nas ruas. A violência, a pobreza, a adversidade, os problemas sociais, afetivos e econômicos parecem ter um importante papel na dinâmica e na configuração das famílias dos jovens em situação de rua. É necessário oferecer oportunidades para promover a resiliência dessas famílias.

Palavras-Chave: família; jovens em situação de rua; vulnerabilidade.

3) Objetivo do estudo - descrever as características das famílias dos jovens que vivem em situação de rua a partir das percepções desses.

4) Tipo de pesquisa – qualitativa.

5) Período da pesquisa - não informado.

6) Forma de coleta de dados - entrevistas semiestruturadas foram aplicadas individualmente com 17 crianças e adolescentes “em situação de rua”, com idades entre 11 e 16 anos, de ambos os sexos, da cidade de Porto Alegre. Inserção ecológica.

7) Forma de análise dos dados produzidos / referencial teórico - Os dados foram submetidos a uma análise qualitativa segundo o método de Bardin (1977/1979). Foram definidos cinco eixos temáticos para facilitar a discussão e a análise dos resultados, a saber: relação que a criança em situação de rua mantém ou mantinha com a família; configuração familiar; contato com a família; motivos para a saída da família e atividades laborais exercidas pelos responsáveis.

A literatura científica oferece diversas definições sobre o termo família (MINUCHIN, 1982; CARTER e MCGOLDRICK, 1985 e 1995; DE ANTONI e KOLLER, 2000). Estudos sobre família em situação de risco pessoal e social têm atraído a atenção de pesquisadores no campo das ciências humanas (SARTI, 1995; NARVAZ e KOLLER, 2006; SILVEIRA, FALCKE e WAGNER, 2000; AMAZONAS, DAMASCENO, TERTO e SILVA, 2003; GOMES e PEREIRA, 2005).

A família pode ser um fator de risco ou proteção no desenvolvimento de seus componentes. Por um lado, autores apontam as interações positivas que as famílias podem utilizar e construir diante de situações de estresse e vulnerabilidade social denominando resiliência familiar (CECCONELLO, 2003; HAWLEY e DEHAAN, 1996; WALSH, 1996, YUNES, 2001); por outro, eventos de risco podem produzir maior vulnerabilidade social das famílias (SILVA, 2004). A vinculação com a família sempre foi mencionada como um dos principais fatores a serem considerados na descrição de jovens em situação de rua (P. J. ALVES, 1998; APTEKAR, 1996; FORSTER, BARROS, TANNHAUSER e TANNHAUSER, 1992; HUTZ e KOLLER, 1999; MARTINS, 1996). Essa discussão foi nutrida por pesquisadores no final dos anos 90 do século passado, a fim de delimitar a diferença entre “crianças de rua” e “crianças na rua”. O primeiro grupo (de rua), caracterizado por aqueles que não possuem mais vínculo familiar estável, é o de crianças que abandonaram ou foram abandonados pela família, e passam a maior parte do tempo nas ruas. Assim, o “viver na rua” representa seu desenvolvimento, socialização, interações, trabalho, educação e lazer. Tal definição indica que a socialização dessas crianças ocorre pela dinâmica da rua, a qual tem suas próprias leis (BANDEIRA, KOLLER, HUTZ e FORSTER, 1994; FORSTER et al., 1992). O outro grupo, chamado de “meninos na rua”, é o de crianças e adolescentes que possuem laços familiares, apesar de apresentarem uma aparência de abandono. São aqueles que utilizariam o espaço da rua como lugar de lazer e trabalho, visando a obter seu sustento e auxiliar a família, mas retorna diariamente para casa (FORSTER et al., 1992). Entretanto, A. J. Alves (1991) afirmou que essa distinção está superada, pois sempre foi bastante tênue, já que é difícil limitar com precisão estes vínculos e a utilização do espaço da rua. Vários estudos que investigaram a relação destes jovens com a família, escola e atividades diárias mostraram a impossibilidade de definir os grupos separados (BANDEIRA et al., 1994; KOLLER, 1994; RAFFAELI et al., 2001). Devido à complexidade do espaço da rua e às dificuldades de definição desta população, Koller e Hutz (1996) sugeriram a denominação deste grupo como crianças em situação de rua.

Recentemente, foi associada a vinculação com a família a outros fatores que podem definir a criança “em situação de rua”. É apontada ainda a atividade exercida, a aparência, o local em que se encontra a criança ou o adolescente e a ausência de um adulto responsável junto à mesma, e o horário de permanência da criança na rua (NEIVA-SILVA e KOLLER, 2002; PALUDO e KOLLER, 2004). Estes indicadores permitem estabelecer uma definição mais acurada do que a literatura que os caracteriza como “meninos(as) de rua” ou “meninos(as) na rua”. A literatura reitera e confirma a existência de vínculos familiares das crianças e adolescentes em situação de rua (NEIVA-SILVA, 2003; PALUDO, 2004; SANTOS, 2004). Um importante estudo sobre o perfil das crianças “em situação de rua” na Grande Porto Alegre entrevistou 825 jovens, 79% do sexo masculino e 21% do sexo feminino, e revelou dados sobre as relações familiares estabelecidas nessa população (FURTADO, GEHLEN e SILVA, 2004). Um interessante resultado sobre os vínculos familiares indicou que 94,4% dos participantes afirmaram ter mãe e 81,5% a citaram como parte da família. Em relação à figura paterna, 77,4% afirmaram ter pai, mas apenas 48,8% o consideraram como parte de sua família. Outra figura citada por 42,9% foi o padrasto, uma vez que 24,2% moram com este e 10,9% o consideraram como membro de sua família. Destaca-se a referência aos irmãos, 98,8% dos participantes indicaram a existência deles e 77,4% os considera parte da família. O estudo evidenciou que apenas 8,9% da população total investigada não possuem contato com a família. Esse resultado reforça a ideia de que a maioria dos jovens que vive “em situação de rua” possui adultos responsáveis e estabelece contato, efetivo ou esporádico, com essas pessoas que consideram parte de sua família. Nesse sentido, é possível verificar a existência de vínculos familiares na trajetória de crianças e adolescentes “em situação de rua”. No entanto, esses vínculos devem ser analisados de forma dinâmica e contínua, devido às frequentes oscilações no grau e na configuração.

8) Resultados / dados produzidos - Os resultados apontaram que a existência de crianças na rua não implica a inexistência da família. Todos os participantes possuíam vínculos com suas famílias, mesmo que frágeis. A profusa configuração foi descrita naturalmente pelos jovens ao falar a respeito das diferentes formas como que a família se apresenta. Essas situações foram abordadas e interpretadas como cotidianas e “normais”. A familiaridade com o recasamento e separações é tão presente na vida dessas crianças e adolescentes que, quando questionados sobre suas famílias, encontram dificuldades de nomear o número de irmãos, padrastos e parentes que possuem. Embora acompanhem todo esse processo, de forma direta ou indireta, assistindo e conhecendo os novos companheiros da mãe, apresentam dificuldade na compreensão da filiação diante de novas configurações nas suas famílias. A categoria família monoparental foi apontada por 35% dos participantes. Sobre o contato estabelecido entre os participantes e os membros de suas famílias, os dados revelam que apenas uma menina (6%) não conhece nenhum familiar e afirma não ter família, pois foi abandonada aos seis meses de idade. Somente 29% dos participantes relataram ir para casa todos os dias, ou seja, pertencem ao grupo de meninos que utiliza a rua como espaço de sobrevivência e sustento familiar. O restante dos participantes afirmou manter algum tipo de contato esporádico, 29% afirmaram ter visitado suas casas há um mês, 12% há três meses, 18% há um ano e 6% há dois anos. É notável confirmar que 94% dos participantes indicam a presença de familiares em seus discursos e em seu cotidiano. Quando questionados sobre os

motivos que os levaram à saída de suas casas, 12% dos entrevistados não quiseram informar o evento ou a justificativa para sua migração. O fato de negarem a resposta a essa questão, levanta a hipótese sobre a dificuldade de falar sobre assuntos relacionados, diretamente, aos vínculos afetivos e ao contexto familiar. Apenas 29% dos adolescentes mencionaram a necessidade de ajudar no sustento familiar como seu principal motivo. Ainda em relação aos motivos apontados, destacam-se as categorias brigas familiares e iniciativa própria. Ambas representam 18% das respostas da amostra e envolvem, de maneira direta ou indireta, a violência doméstica. Apenas 42% dos pais e 41% das mães exercem alguma atividade laboral. O trabalho exercido pelos pais caracteriza-se pelo trabalho informal, o qual não oferece estabilidade financeira ou garantia de recurso financeiro diário. Isso implica a necessidade do envolvimento de outros membros da família em atividades de trabalho para o sustento da mesma. Muitas vezes, a criança torna-se um importante auxiliar financeiro.

9) Recomendações - A partir desses relatos percebe-se a necessidade de priorizar as questões que antecedem à saída para a rua, muitas dessas poderiam ser esclarecidas ou amenizadas a partir de programas preventivos, que promovam redes de apoio sociais e efetivas com essas famílias. De maneira geral, o fator que é bastante relevante e que permeia a saída desses adolescentes para a rua, independente da motivação indicada, ainda é a atual situação econômica do país. Muitas famílias sobrevivem abaixo da linha da miséria. A falta de educação formal dos pais impossibilita a aquisição de um emprego e, conseqüentemente, de condições financeiras para manter a família. A falta de emprego dos pais, o número extensivo de integrantes na família, as dívidas, o local de moradia que, muitas vezes, é afastado dos centros comerciais e implicam gastos com transporte, entre outros fatores, contribuem para essa migração, e tornam essas pessoas ainda mais vulneráveis. Dessa forma, esses fatores incrementam, de forma significativa, a saída das crianças e adolescentes para a rua, a fim de obter ganhos financeiros para colaborar com o sustento familiar. Dessa forma, é imprescindível que seja oferecido um atendimento e apoio social e afetivo, uma vez que o bem-estar das famílias implica e reflete uma dimensão pública e social. É preciso fortalecê-las através da orientação de novas estratégias e recursos individuais para a superação das adversidades. Ao proporcionar tais possibilidades, a sociedade estará fortalecendo a família como um sistema social capaz de romper com a migração das crianças e jovens para o contexto da rua e, conseqüentemente, promovendo o processo de resiliência familiar.

10) Observações e destaques - A sociedade ainda persiste na transmissão do modelo de família nuclear, ou seja, qualquer composição diferente dessa é classificada como desestruturada. Geralmente, o adjetivo “desestruturado” aparece justificando a falta de condições financeiras para manter as necessidades básicas e criticando a estrutura e a configuração da família principalmente se essa é monoparental. Mas o significado de família parece transcender a estes preceitos e preconceitos.

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.